



## **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq**

Bolsista: Enzo de Moraes Godinho – RA: 215383

Orientador: Nelson Mendes Cantarino

UNICAMP – Agosto/2019 a Setembro/2020

### **Título do Projeto:**

Mercantilismo e neomercantilismo: semelhanças, diferenças e impactos na política econômica atual

### **Resumo**

O mercantilismo se baseou em práticas econômicas que modificaram o modo de pensar, agora moderno, e influenciaram diretamente no processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Além disso, o mercantilismo serviu como tópico ativo de ampla discussão sobre questões metodológicas, teóricas e políticas na consolidação dos Estados modernos europeus, como argumenta Lars Magnusson (MAGNUSSON, 2015). Posteriormente, no século XX, com o acirramento das rivalidades nacionais e o abandono das políticas econômicas ligadas com o *laissez-faire*, em detrimento da grande pressão exercida na esfera econômica e social, houve um aumento na participação do governo, fazendo com que essas questões fossem rotuladas como neomercantilistas (COLEMAN, 1957). Nota-se que a realidade dos períodos é díspar, mas, no entanto, países com expressivo crescimento nas últimas décadas como a China, Japão e Estados Unidos e blocos econômicos como a União Europeia, apresentam medidas que são taxadas de forma similar. Meu foco de estudo é descobrir até que ponto o pensamento econômico vigente se apropriou de ideais mercantilistas para desenvolver suas políticas econômicas e as consequências destas para os países que as adotam, diferenciando e aproximando o que era considerado mercantilista do que hoje é chamado de neomercantilista.

O mercantilismo é um tema muito debatido pelos economistas, pensadores da história econômica e historiadores, sendo que este conceito foi criado pelos fisiocratas e o debate, desde então, teve foco no contexto intelectual e nas políticas econômicas. O protecionista alemão, List, e os economistas históricos Roscher e Schmoller acreditavam que era importante não tratar o século XVII como pré-científico e digno de atenção apenas para os historiadores. Este período, na verdade, seria crucial para entender o sistema mercantil de Smith ao invés de seus erros. Para isso, usaram o argumento historicista clássico de que o mercantilismo deveria ser estudado da sua perspectiva contemporânea, não de conquistas posteriores, nas quais o mercantilismo era racional em seu tempo. Neste sentido, criticaram a abordagem clássica de Mill e Ricardo, enfatizando que o mercantilismo era uma consequência das condições econômicas e sociais dos séculos XVII e XVIII.

Nesse contexto, Heckscher expande o conceito de que o mercantilismo se tratava apenas de política comercial e adiciona novos componentes de poder nacional e

construção do Estado, caracterizando-o como pertencente a cinco ideias principais, tais como um sistema de unificação, um sistema de poder, um sistema de proteção, um sistema monetário e um conceito de sociedade (COLEMAN, 1957).

Sua obra, o mercantilismo, tinha uma visão estática das relações monetárias e comerciais, uma vez que no contexto da teoria da balança comercial, os países que participavam ativamente do sistema tinham certa aversão a mercadorias, visto que o ganho de um significava a perda do outro, fazendo, dessa forma, que o protecionismo fosse necessário (BLANC; DESMENDT, 2014). Isso se deu por conta de um desentendimento causado pelo aparecimento de uma economia monetizada, visto que o resultado da produção seria o dinheiro. Outras mercadorias não seriam consideradas bem-vindas por conta da competição causada entre os países produtores dos mesmos bens (HECKSCHER, 1934). Heckscher viu essas políticas como um sistema unificador, afirmando que o mercantilismo se tornou não apenas um tipo específico de política econômica, sendo, além disso, um corpo de ideais econômicos.

Como abordagem metodológica, o mercantilismo não era apenas uma fase na história do pensamento econômico, mas sim um termo que explica a fase do pensamento econômico que coincide com o começo do crescimento do poder dos estados na Europa. Nesse contexto, das bases de sua abordagem era a insistência de que a política econômica não deveria ser vista como resultado da atual situação econômica, mas como resultado do poder e continuidade dos ideais econômicos (HECKSCHER, 1935).

Viner, em seu estudo sobre a teoria do comércio internacional, delineou alguns temas que considerava importante no mercantilismo, focando na teoria da balança de troca, cuja ideia principal era o bulionismo (BLANC; DESMENDT, 2014). O autor determinou como primário o desejo de manter a balança comercial de um país positiva, fazendo com que se ganhassem metais, ao passo que, para um país sem minas de ouro ou prata, essa era a única saída para a prática bulionista. Além disso, apontou as falácias na literatura do período, assim como a regulação do comércio e a preocupação com o crescimento populacional.

Viner via na abordagem de Heckscher uma falha, na medida em que o poder para os mercantilistas tinha tido um fim próprio. Entretanto, uma leitura atenta de Heckscher sugere que a disputa pelo poder seria um dos fins da política mercantilista (MAGNUSSON, 2015). Viner também afirma que todos os mercantilistas sempre considerariam riqueza essencial para o poder, seja para segurança, seja para agressão. Neste sentido, o poder seria fundamental para a aquisição ou manutenção da riqueza, de maneira que ambos seriam fins apropriados para políticas econômicas. Nesta lógica, consoante o pensador, no longo prazo haveria harmonia entre os fins.

Em sua interpretação, Magnusson (2015) afirma que o mercantilismo nunca foi uma doutrina bem estruturada construída em princípios que pudessem descrever o comportamento econômico ou sugerir a política econômica correta. O mercantilismo, nesta perspectiva, não servia como um fenômeno abrangente e único que ocorria em todos os países. Alguns deles, como Espanha, Itália, França e países de língua germânica, optaram por usar parte das ideias que o mercantilismo defendia, apesar de seus contextos políticos, econômicos e institucionais díspares. O autor também rejeita a teoria da balança comercial favorável, dizendo que apenas alguns países adotaram pequenos traços dessa doutrina, contrapondo essa ideia com as ideias presentes em autores como Child, Davenant e Barbon, que defendiam o aumento da exportação de bens manufaturados – portanto de alto valor agregado –, e importação de poucos bens com essas características, fazendo com que a renda aumentasse no país (MAGNUSSON, 2015).

Nesse contexto, Magnusson interpreta o mercantilismo mais como um discurso do que uma doutrina, ao passo que a existência de um problema em comum, um conceito, um vocabulário e possíveis interpretações durante o tempo, faz com que os autores compartilhavam noções de como a economia funcionava, e, se fazendo necessário, para entender esses discursos, colocar os textos históricos em seus devidos períodos de produção. (MAGNUSSON, 2015). Desta forma, o objetivo de Magnusson com o mercantilismo não é traçar uma doutrina econômica em que se baseou o período moderno, mas sim entender o que os autores históricos queriam dizer em seu tempo e seus próprios contextos.

Magnusson também comenta que a literatura e os textos, por ele analisados, possuem uma visão adiantada de períodos antigos, dizendo que alguns dos problemas abordados pelos mercantilistas são, ainda hoje, enfrentados, e que há relação direta com a globalização (MAGNUSSON, 2015). Nesse contexto mais moderno, Hettne caracteriza o neomercantilismo como uma transcendência na lógica nação-estado, em função de um mundo segmentado em blocos autossuficientes. Além disso, ele aponta a diferença entre o protecionismo atual e o que o mercantilismo defendia, baseado no poder nacional, (HETTNE, 1993). Dessa forma, os defensores do neomercantilismo, diferentemente dos mercantilistas, não acreditam na viabilidade de uma economia nacional fechada, assim como não acreditam em uma economia que não seja regulada.

Em sua obra, Hettne caracteriza países europeus como amplamente adeptos a políticas mercantilistas, tais como o desenvolvimento alemão baseado nas dinâmicas do mercado doméstico ou a política de favorecimento das exportações suíças. Além desses países, a “economia nacionalista” chinesa toma destaque como primeiro caso não ocidental a alcançar o desenvolvimento, se tornando um modelo para países que queriam promover o “*catch up*”. As políticas adotadas pela China são amplamente consideradas neomercantilistas, ao passo que houve uma associação entre o estado e o big business, caracterizando seu mercado como não aderente a políticas de livre troca (HETTNE, 1993). Nesse contexto, há também o caso dos países latino americanos, que passam por amplas discussões a respeito de seu subdesenvolvimento e os possíveis planos para seu desenvolvimento, passando por ideais como a da mudança nas importações, liderado por Prebisch.

Outro proponente de um conceito para o neomercantilismo foi Gerard Koot, argumentando que, a partir da crítica histórica aos modelos clássico e neoclássico, entre 1870 e 1920, houve uma retomada em ideais mercantilistas na Grã-Bretanha no campo da história e política econômica. Os economistas da época se questionavam sobre a prevalência do livre comércio quando observavam a preponderância dos Estados Unidos e da unificada Alemanha e a capacidade de competição com estes. Koot ainda cita List como questionador da benevolência do *laissez-faire* e aponta questões como a necessidade do protecionismo no desenvolvimento para competir com a poderosa Grã-Bretanha, benefício desigual no comércio, acirramento dos problemas sociais e o questionamento a respeito do método dedutivo ortodoxo sobre a solução destes problemas (KOOT, 1993).

Por fim, a última contribuição para a construção do conceito de neomercantilismo será a de William J Barber, que busca entender o movimento ocorrido no pensamento dos Estados Unidos durante o período das guerras mundiais. Nesse contexto, ele usa a contribuição dos autores mercantilistas e suas principais ideias como a manipulação das contas externas e a perpetuação do bem-estar interno, os quais foram transformados em científicos a partir de um novo vocabulário e a contribuição de dados analíticos. Para Barber (1993), no entanto, “*that new wine was being poured into old bottles*”.

Foi estudada, então, a guerra comercial entre China e Estados Unidos, que é entendida por Bruno de Conti no *podcast* da Semana da Economia da Unicamp como uma disputa entre nações com o objetivo de defender o próprio país, aumentar as exportações, conquistar mercados externos e reduzir as importações, protegendo a produção doméstica (CONTI, 2020). Nesse contexto, o comércio internacional configura uma disputa entre Estados Nacionais, o que transcende a ideia da concorrência entre empresas. Nesse caso, se trata de uma disputa bilateral, onde, por conta das proporções das economias envolvidas, repercute imensamente ao redor do globo.

À luz das interpretações pretéritas e suas contribuições, apresento a definição de mercantilismo e neomercantilismo adotada por este projeto. Com relação ao mercantilismo histórico, as contribuições de Heckscher acerca da sua expansão do conceito e identificação de políticas econômicas se fazem presentes, pois foram e são importantes para se pensar o que era realizado como política econômica. Minha interpretação é representada pela visão de Bruno Surviranta em passagem de Magnusson a respeito da teoria da balança comercial favorável ser um conceito “*good to think with*” (MAGNUSSON, 2015, p. 100). Ou seja, os conceitos desenvolvidos por Heckscher são importantes para entender as medidas tomadas, mas não necessariamente bons para restringir a interpretação do mercantilismo a elas. Nesse contexto, a contribuição de Magnusson e sua abordagem metodológica refinam a definição do mercantilismo, visto que, para ele, este seria tanto teórico, ou linguagem, quanto prático. Dessa forma, representando uma literatura econômica que consistiu em uma série de discussões contínuas sobre vários assuntos que desenvolveram uma linguagem própria para tratar do papel do comércio no crescimento e desenvolvimento.

Com relação ao neomercantilismo, a interpretação é dividida em duas passagens. Não seria necessário invalidar a utilização do conceito como uma mudança na linha de pensamento do debate econômico vigente, que vinha de uma abordagem favorável ao *laissez-faire* e passou a defender políticas que seriam remetidas ao pensamento mercantilista, como observado nas visões de Koot e Barber. Essa visão ajudaria a pensar nas medidas tomadas e como, em sua essência, remetem as medidas mercantilistas, contrastando-as com as políticas até então tomadas no período. Essa visão remeteria, portanto, a um período histórico específico, não possuindo tanta significância para pensar o mundo contemporâneo. A visão deste projeto, dessa forma, se aproxima da interpretação de Hettne, defensor de que a principal contribuição mercantilista para a política econômica seria a busca pelo aumento do poder da nação e a articulação da nação-estado em conjunto com as forças naturais do comércio (HETTNE, 1993, pg. 236). A ordem mundial hegemônica do pós Guerra Fria está, segundo Hettne, em transformação; possibilitando, portanto, que o conceito de região assumira nova importância em um possível modo de organização mundial. Segundo Hettne, esse sistema mundial regionalizado produziria uma ordem mundial mais estável e pacífica do que a liberal. Nesse contexto, a lógica do mercado continuaria funcionando, mas subordinada a lógica territorial do novo regionalismo. Esse novo regionalismo, então, defenderia a região política, social, militar e economicamente (HETTNE, 1993, pg. 252-253).

Seria possível, então, interpretar a disputa bilateral entre Estados Unidos e China que, mais do que potências nacionais, representam regiões que disputam a hegemonia. Por parte dos Estados Unidos, houve a condenação de práticas chinesas como a política cambial realizada e a suposta violação de direitos de propriedade intelectual. Em 18 de agosto de 2017, o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos iniciou

uma investigação de certos atos, políticas e práticas do governo chinês com relação à transferência, propriedade intelectual e inovação (Wong; Koty, 2020).

A partir dessas retaliações, a China realizou medidas como a imposição de tarifas, com a redução de importações advindas dos Estados Unidos, e a depreciação da moeda chinesa. Em 4 de abril de 2018, a China reagiu à lista inicialmente proposta pelo Escritório Representante de Comércio dos Estados Unidos e propôs tarifas de 25% aplicadas à 106 produtos em bens norte-americanos (Wong; Koty, 2020).

O desenvolver da guerra comercial e suas consequências representam uma disputa hegemônica de poder entre duas regiões com influência mundial. Vale ressaltar também o contexto pretérito aos acontecimentos da guerra comercial. Nota-se a importância da ascensão chinesa econômica e social; de sua Revolução e aproximação dos Estados Unidos com a China no contexto da guerra-fria para impedir o avanço da frente soviética política e ideologicamente. A partir dos anos 80, com o colapso da União Soviética, o presidente Ronald Reagan se afasta da economia chinesa. A China vem, desde então, se desenvolvendo economicamente e realizando um *catching-up* produtivo e tecnológico a partir de medidas protecionistas como a desvalorização cambial ou a engenharia reversa (CONTI, 2020). Dessa forma, é possível concluir que a China, ao se utilizar de mecanismos não convencionais, e possivelmente taxados de neomercantilistas, para realizar seu desenvolvimento; chamou atenção dos Estados Unidos, que questionou a legitimidade dessas medidas e acusou-a de cometer práticas ilegais dentro do comércio internacional.